

# O Brasil da crise política

■ REFORMA UNIVERSITÁRIA AMEAÇADA ■ O FUTURO DA ESQUERDA NO PT. *Páginas 6 e 7*

## Personagens do escândalo



**Karina Somaggio**

A secretária depôs na CPI e entregou movimentação milionária do patrão, Marcos Valério. Envolveu nas suas denúncias PT, PP, PL e, agora, o PMDB.



**Roberto Jefferson**

Conhecido escroque da política brasileira, o deputado do PTB continua jogando no ventilador. Mesmo sem provas, detonou a crise em que o país está mergulhado.



**Delúbio Soares**

Demorou a ser convencido a deixar a tesouraria do PT. O desembaraço com que comandava negócios no governo abriu espaços para suas sinistras manobras.



**Marcos Valério**

O publicitário é um fenômeno de bons negócios com governos. Vem operando desde o governo de FHC e acabou emprestando dinheiro ao PT através de amizade com Delúbio.

JORNAL DO  
**Sintufrj** FASUBRA CUT  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# ASSEMBLÉIA VAI DISCUTIR GREVE

Os trabalhadores da UFRJ se reúnem em assembléia nesta quinta-feira, dia 14 de julho, às 14h, no Quinhentão, para discutir o indicativo de greve deliberado pela plenária da Fasubra. A assembléia vai discutir ainda carreira e tirar os delegados à plenária da Federação. *Página 3*

## Funcionário humilhado no HU

O auxiliar de enfermagem Ivan Corrêa acusa três seguranças da firma terceirizada Vigilance de tê-lo submetido a constrangimentos durante o dia 17 de junho. O diretor da Divisão de Recursos Humanos do hospital, Maurício Shirmer, disse que vai ser aberto processo administrativo para apurar denúncia do funcionário. *Página 9*



## Teatro no SINTUFRJ

Peça de Carlos Alberto Silva conta a saga de retirantes nordestinos para denunciar as mazelas do país. O espetáculo foi encenado em pré-estréia no Espaço Cultural do Sindicato, e no dia 16 vai ser apresentado no IFCS.

*Página 12*

Saiu o edital do CAP para 2006 *Página 10*

# O que pensam os aposentados sobre a sede campestre

A comissão ampliada que discute a compra da sede campestre visitou duas propriedades e sugere a aquisição do Sítio do Jacob, em Campo Grande. Conheça a propriedade acessando o site [www.sitiadojacob.com](http://www.sitiadojacob.com). Alguns aposentados que participaram da reunião da coordenação da semana passada se manifestaram sobre a aquisição de uma área de lazer para a categoria. Eles já consolidaram uma tradição de excursões e passeios nos últimos meses.

Fotos: Niko Júnior

*“Eu acho extremamente importante e justo a compra desta sede. Nós merecemos e o sítio é muito lindo. Mas tem que ver o preço para não sair muito caro para nós.”*

Zilda Campos –  
ex-funcionária da  
Maternidade



*“É muito importante, pois vamos reunir nossas famílias. Além disso, com a sede vamos reencontrar os amigos, pois quando a pessoa se aposenta perde contato com eles. A idéia é realmente muito boa.”*

Antônio da Silva Paixão –  
ex-funcionário da Escola  
de Engenharia



*“Vai ser o lugar ideal para fazermos a nossa recreação. Enquanto pagamos para ir a lugares com piscinas e área verde para descansar, com a sede campestre vamos poder reinvestir esse dinheiro em benefício da própria categoria.”*

Lindalva Alves de Souza –  
Pensionista



## Novo calendário do Congresso

Como foi aprovada pela assembléia da categoria uma nova data para realização do 8º Congresso do SINTUFRJ – dias 3, 4 e 5 de agosto –, também foram reformulados os prazos para a entrega de teses e tirada de delegados. Atualize-se:

**Dia 21/7** – prazo final para entrega de teses

**Dia 29/7** – prazo final para eleição de delegados

### REUNIÕES AGENDADAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS:

**PR-1** – 12 de julho, às 10h, na sala 810

**Prefeitura da Praia Vermelha** – 13 de julho, às 10h, na subsele do SINTUFRJ

**IDT** – 14 de julho, às 11h, na sala 3 E 50

## APOSENTADOS

### Excursão a Campos do Jordão

A Coordenação de Aposentados do SINTUFRJ está oferecendo mais um passeio em grupo, desta vez à cidade de Campos do Jordão, conhecida como a Suíça brasileira. São três dias – de sexta-feira, dia 14 de outubro, a domingo, dia 16 – hospedados no hotel Leão da Montanha (cinco estrelas), que dispõe de área de lazer, com piscina térmica coberta, *playground*, salão de jogos, piano-bar com música ao vivo no sábado, e apartamentos de luxo com calefação, frigobar e tevê a cabo. O preço da excursão inclui as refeições.

**Preço:** R\$ 280,00, adulto, e R\$ 90,00, criança de 6 a 12 anos. O custo pode ser parcelado em até quatro vezes. Inscrições às segundas, quartas e sextas-feiras, na secretaria do Sindicato ou com a Coordenação de Aposentados, pelos telefones 2260-1435, 2290-2484 e 2560-8615. Para conhecer detalhes do hotel é só acessar o site [www.leoadamontanha.com.br](http://www.leoadamontanha.com.br).

### Inscrições abertas para as oficinas

**PATWORK** – Esta oficina ensina a arte de unir retalhos. Uma ótima terapia ocupacional, porque é uma técnica que requer treinamento, criatividade e bom gosto para combinação dos tecidos. Aula mensal – sempre na última sexta-feira do mês (a próxima será dia 29/7), das 9h30 às 12h30, com a professora Débora. O curso é gratuito.

**ARTES VISUAIS** – Abrange duas áreas artísticas, o desenho e a pintura, mas trabalhados simultaneamente. Pinturas em papel, tecido e quadros, entre outras modalidades. A aula é semanal, às quartas-feiras, das 9h às 11h, com a professora Ismênia. Também é de graça.

**ATIVIDADE FÍSICA** – Oficina todas as terças e quintas, às 10h, no Espaço Cultural.

### OPERADORES DE MÁQUINA

Reunião com os operadores de máquinas agrícolas, às 11h, quarta-feira, no Espaço Cultural. Pauta: discussão do processo.

### FGTS: Atenção sindicalizados

A direção do SINTUFRJ lembra aos sindicalizados que já sacaram o valor referente à ação do FGTS e não depositaram os valores dos honorários advocatícios que devem fazê-lo o mais rápido possível. O advogado Júlio Romero não pertence aos quadros do SINTUFRJ, portanto os sindicalizados que não depositarem os honorários serão passíveis de processo movido pelo ele. Isso porque o advogado possui procurações individuais em que as pessoas se comprometem a pagar os 10% de honorários.

Informamos que o advogado já solicitou os dados dos sindicalizados que se enquadram na situação acima. Esta informação, no entanto, foi negada pelo Sindicato porque são sigilosas. Reproduzimos mais uma vez a conta onde devem ser depositados os honorários: Banco do Brasil, Agência 3652-8, Conta 15580-2.

### Projeto Florescer Fundão

Jovens a partir de 15 anos de idade, dependentes de funcionários da Universidade ou de trabalhadores das firmas terceirizadas, e que estejam frequentando a escola, têm agora a oportunidade de aprender uma profissão que vai ajudá-los a entrar no mercado de trabalho. O Horto da UFRJ, em parceria com a Coppe, está oferecendo o curso de Técnico em Jardinagem. Os interessados devem ligar para o telefone 2598-9215.

### NOTA DE FALECIMENTO

O companheiro aposentado Vicente do Nascimento Xavier faleceu no último dia 27.

Ele trabalhou no Hospital Universitário e na Reitoria como bombeiro hidráulico.

# Fasubra: visões diferentes

## Coordenadores da Federação fazem leitura diferente em relação à tática a ser adotada na disputa com o governo

O coordenador de Educação da Fasubra, Celso Luiz Sá Carvalho, fez um balanço positivo da reunião realizada na quinta-feira, no Ministério da Educação. Segundo ele, o fato de o MEC ter apresentado um cronograma de negociação e ter bancado a segunda etapa do enquadramento, significa avanços. “Primeiro, se estabeleceu que nunca se interrompeu a negociação, abrindo grupos de trabalho com prazo até setembro para resolver a proposta de VBC. Em janeiro estaremos recebendo os novos valores do enquadramento por capacitação e incentivo à qualificação. Isso é muito importante para a categoria”, analisa o coordenador, comentando que para ele a reunião foi positiva porque estabeleceu condições concretas para resolver os problemas, “sem enrolação”. Ele pondera: “Penso que é importante que o indicativo da greve seja discutido à luz deste processo, sob pena da categoria cometer um equívoco.”

Vânia Gonçalves, também

da Federação, acha que o governo “tentou mostrar que está negociando por conta do indicativo de greve (aprova- do na plenária nacional, veja matéria abaixo). Vânia acrescentou: “O governo disse que vai fazer a segunda fase do enquadramento, mas depois da aprovação da área econômica. Cria GT para o proble-

ma da matriz hierárquica, mas também não diz se tem recursos. O único dinheiro de que fala são R\$ 250 milhões para a segunda fase. Mas isso já está garantido na lei. E fala também em prazo até setembro. Se o Orçamento fecha até agosto, o que está garantido – e não é tanto assim porque tem que ter avaliação da área

econômica – são os R\$ 250 milhões. Apesar do documento oficial, acho que não avançou do ponto de vista do que a gente quer saber: quanto o governo topa investir além do que está na lei. Então, acho que não vai ter jeito. Vamos ter que fazer uma greve forte.”

### Assembléia discute indicativo de greve

Plenária nacional da Fasubra realizada nos dias 2 e 3 de junho aprovou indicativo de greve específica para o dia 20 de julho. Foram 32 entidades, 105 delegados e dois observadores presentes à reunião em Brasília. As entidades vão realizar assembléias para discutir o indicativo de paralisação até o dia 17 de julho. Na UFRJ, a assembléia está sendo convocada para quinta-feira, dia 14, às 14h, no auditório do Quinhentão (CCS). A garantia de recursos para implantação da segunda etapa da Carreira, a resolução do VBC e a negociação da racionalização de cargos são os pontos que compõem o eixo específico. No eixo geral estão: definição de política salarial, reposição de 18% a título de reposição de perdas e Diretrizes de Planos de Carreira.

#### Conjuntura

Por deliberação da plenária, a direção nacional deverá construir texto de análise de conjuntura com os seguintes eixos: cobrança de apuração das denúncias de corrupção com punição dos culpados; denúncia da política de superávit primário e de alta de juros e definição de uma política de reconstrução dos serviços públicos.

A plenária decidiu indicar à CUT, à CMS, à UNE e a todas as entidades dos movimentos sindical, estudantil e social a convocação de um dia de Greve Geral pela mudança da política econômica do governo. E, ainda, participação no ato chamado pela Central Unica dos Trabalhadores dia 7 de julho em apoio à greve da Fenasp e Condsef.

### Na UFRJ, preocupação com prazos

**Comissão de Enquadramento tem até 14 de agosto para validar dados**

“Dia 14 de agosto é o prazo inicial dado pelo MEC para o fim da validação. Estamos trabalhando para isso”, diz o coordenador Nilson Barbosa. Segundo ele, a etapa da validação é um trabalho lento de análise dos dados de cada certificado apresentado, verificação da área de conhecimento e do ambiente e se estes têm relação direta ou indireta com o cargo. Aproximadamente 50% dos servidores que aderiram à nova carreira, algo entre 6 e 7 mil pessoas, apresentaram de três a cinco documentos que poderão gerar progressão por capacitação ou incentivo à qualificação.

A comissão se dividiu em dois grupos. Um fica na Reitoria para atender os servidores que têm dúvidas quanto aos dados lançados no sistema ou questionamento com relação aos critérios de validação ou não de diplomas. Outro grupo trabalha na validação. Depois da validação ainda há tempo para recursos.

De acordo com Nilson, não há prazo para a Comissão terminar. “Na verdade, a Comissão de Enquadramento vai passar os trabalhos e documentos para a Comissão Interna de Supervisão da Carreira quando for formada pelo Sindicato e pela Administração. Há ainda discussão entre a Fasubra, a Andifes e o MEC se esta comissão será composta só por membros da categoria ou se da administração também.”

## Decisões relacionadas aos SPFs

### Articulação com as entidades do serviço público para construir a luta

Em relação aos SPFs, a plenária nacional da Fasubra tomou várias deliberações. Entre essas deliberações está a que aponta a articulação com todas as entidades do Serviço Público com o objetivo de fortalecer junto às demais categorias o conceito de carreira defendido pela Fasubra e por outras entidades, como forma de construir um serviço público qualificado.

Neste sentido, a plenária deliberou pela articulação de uma ação política entre todas as entidades do Serviço Público para avançar na luta unificada por essa carreira; identificação de aliados táticos nessa luta, fortalecendo as alianças; pautar na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), como passo essencial, dentro do objetivo de se construir propostas

consistentes para o Estado e para o serviço público que possam orientar a construção de diretrizes de carreiras no Serviço Público; definir prazo para que a MNNP feche posição sobre o assunto; realizar um grande seminário com a participação de estudiosos no assunto, de diversos países, das entidades do Serviço Público e do governo, visando dar consistência às propostas a

serem elaboradas pelo grupo de DPC; o grupo de DPC deve trazer suas conclusões à MNNP no prazo fixado.

**Fortalecer o conceito de carreira é bandeira da Fasubra junto às demais entidades**

# Veja o que o MEC propôs

**Entre as propostas está a constituição de um GT específico para discutir VBC**

“O MEC propõe a implantação do enquadramento por capacitação e o incentivo à qualificação, com repercussão financeira estimada em R\$ 250 milhões, a partir de janeiro de 2006. Esta proposta trata-se do cumprimento

da Lei 11.091, e será ajustada no período citado, no âmbito do governo, buscando a concórdia da área econômica.” Esse é o texto do ofício encaminhado pelo Ministério da Educação à Fasubra.

O ofício é assinado pelo secretário-executivo adjunto do ministério, Jorge Jairo. Ele reflete o que os representantes do ministério expuseram na mesa setorial de negociação, com a Fasubra e o Sina-sefe, dia 7 de julho. Além de Jorge Jairo, participou Maria do Socorro, coordenadora de Gestão de Pessoas. Entre outros compromissos assumidos estão:

**MATRIZ SALARIAL QUE GEROU O VBC** – O MEC propõe estruturação de um grupo de trabalho específico entre o MEC, Andifes e bancada sindical para no prazo de 30 dias apontar soluções para eventuais distorções encontradas na implantação da matriz hierárquica da carreira. Segundo a Fasubra, para aplicação em 2006.

**COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DA CARREIRA** – O MEC vai garantir sua instalação conforme acordado na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira.

**TERCEIRIZAÇÃO** – O MEC está constituindo um grupo de trabalho sobre o tema com representantes da Fasubra, Sinasefe, Andifes, Concefet e MEC, com prazo para conclusão do trabalho até janeiro de 2006.

**AUXÍLIO-SAÚDE E ALIMENTAÇÃO** – O MEC propõe negociação para ampliação dos benefícios sociais, como a concessão do auxílio-saúde

de para os técnico-administrativos em educação, e ainda a construção de grupo de trabalho para até setembro apresentar resolução.

**RECURSOS** – Coordenadores da Fasubra mostraram-se preocupados com o prazo, no Congresso, de fechamento do Orçamento em 31 de agosto. Jairo Jorge explicou que, com relação aos recursos orçamentários para resolução do VBC, até o fim de agosto o resultado da pactuação na Mesa Específica de Negociação poderá ser encaminhado para introdução da

peça orçamentária de 2006.

**RACIONALIZAÇÃO** – A coordenadora de Gestão de Pessoas, Maria do Socorro, informou que está trabalhando em um projeto de lei junto com o Ministério do Planejamento alterando a Lei 11.091 com possíveis soluções para as distorções da Carreira.

O trabalho de Racionalização de Cargos será objeto de discussão na próxima reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, dia 27 de julho, segundo está definido no calendário da comissão.

## Bancada quer solução

O coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique, explicitou que a proposta, naquele momento, que a bancada apresentava era a resolução das distorções com a implantação da tabela com três salários mínimos de piso e 5% de estepe. Informou que a plenária da Federação definiu que a categoria não abriria mão desta proposta original, para a retomada das negociações. O secretário Jairo Jorge informou que o maior impacto não é o piso, mas sim o estepe de 5%. O MEC quer discutir no GT cenários que poderão não se limitar a aumento de estepe.

Esta semana o ministro da Educação, Tarso Genro, assina portaria constituindo o Grupo de Trabalho da Terceirização. Dia 12, inicia o Grupo de Trabalho (GT) para resolução do VBC e no dia 29 é a mesa que discute benefícios e demais itens da pauta.

## Audiência no MPOG

**Fasubra exige cumprimento do que foi acordado na mesa de negociação**

A direção da Fasubra reuniu-se com o diretor do Departamento de Relações de Trabalho, Vladimir Nepomuceno, o assessor Cristiano Zenaide, o coordenador-geral de Negociação e Relações Sindicais, Idel Profeta, todos representantes do Ministério do Planejamento e Gestão, e a deputada Alice Portugal. O tema da audiência, agendada pela deputada, foi a carreira.

A Fasubra exigiu o cumprimento do que foi acordado em mesa de negociação, o atendimento da pauta específica e recursos para solução dos problemas causados pelo Vencimento Básico Complementar (VBC).

Além da previsão orçamentária para a segunda etapa da implantação do Plano (aumento do estepe de 3% para 3,6% e capacitação), há a pauta

da Fasubra que inclui correção do VBC, reabertura do prazo para adesão ao Plano de Carreira e pendências como o cálculo de horas extras da Universidade Federal da Bahia.

Vladimir Nepomuceno informou que dos recursos disponíveis foram negociados R\$ 120 milhões para a greve dos servidores da Previdência e R\$ 60 milhões para os da Cultura. Que há cerca de R\$ 11 milhões em caixa para pequenas correções de tabelas dos servidores federais; não haverá problema para o aumento do estepe para 3,6% porque há previsão legal e o Orçamento para 2006 será votado com estes recursos.

O diretor do MPOG disse ainda que é possível atender à reivindicação de reabertura do prazo para adesão ao

Plano de Carreira, pois isso não implica aumento de despesas, bastando a deputada apresentar projeto de lei tratando do tema e negociando com o MPOG.

No entanto, Nepomuceno informou que não será possível alterar a tabela salarial em 2005 para corrigir os problemas decorrentes do VBC, em função da falta de recursos no Orçamento. O MPOG agendou audiência com o MEC para unificar proposta do governo em relação às reivindicações.

**CONTRATAÇÃO** – Segundo o diretor Vladimir Nepomuceno, o Ministério do Planejamento autorizou a contratação por concurso de mais 2.100 servidores para os hospitais universitários.

**N**a seqüência das matérias sobre a reforma universitária, abordando a segunda versão do projeto apresentada à sociedade pelo Ministério da Educação (MEC), o *Jornal do SINTUFRJ* foi ouvir a avaliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). A Contee representa professores e auxiliares de administração escolar do ensino privado em todo o país e tem como bandeira de luta a regulamentação do ensino privado. Para a confederação, a segunda versão representa um recuo em relação ao conteúdo da primeira, no que diz respeito ao setor privado. “Houve uma flexibilização do governo em relação à primeira versão, e no que se refere ao ensino privado houve um sério recuo”, diz o secretário de Assuntos Educacionais, José Thadeu Rodrigues de Almeida.

## “O governo recuou”

Confederação afirma que a segunda versão do projeto de reforma fez concessões ao ensino privado



Foto: Divulgação

THADEU. “O governo suprimiu pontos de importância vital na segunda versão do projeto”

O dirigente afirma que o governo cedeu aos interesses das poderosas forças ligadas à educação privada. Com isso, o controle sobre a desordenada e gritante expansão do ensino superior privado acabará não acontecendo. Ao aceitar a pressão, o MEC suprimiu pontos de importância vital que possibilitariam a regulamentação do ensino privado. “Oitenta e um por cento das matrículas do ensino superior estão no ensino privado. Nossa bandeira

é exatamente essa. Para solucionar o problema basta regulamentar. Não adianta defender o ensino público se não barrarmos o processo de expansão absurdo do setor privado”, sustenta Thadeu. Ele explica que nos últimos 10 anos essa expansão vem ocorrendo sem controle. E o resultado é incontestável: 89% dos estabelecimentos de ensino superior são privados.

Para piorar a questão, 76% desse percentual representam

as faculdades isoladas que nasceram no bojo da mercantilização do ensino. “São aquelas denominadas faculdades de fundo de quintal. Vendem serviços, não promovem o ensino”. Thadeu defende que a regulamentação do ensino privado seja uma necessidade histórica. “Durante muito tempo fomos criticados por isso. Nos questionavam com a argumentação de que ao regulamentar o setor privado estaríamos reconhecendo-o e enfraquecendo o ensino

público. E o setor privado se expandiu sem controle. Temos que fortalecer o sistema público, mas também controlar o privado.”

**MUDANÇAS** - Das mudanças feitas na segunda versão, a Contee destaca a alteração total do capítulo que trata de regulamentar e distinguir as exigências para as mantenedoras e sua diferenciação diante das mantidas. “Deve haver uma definição mais clara de qual é o papel das mantidas e das mantene-

doras”, diz Thadeu. Para a Contee, o MEC também atenuou consideravelmente as exigências de gestão democrática e controle social e resgatou os Institutos Superiores como uma das modalidades da educação superior.

**REAÇÃO SOCIAL** - A Contee está lutando por quatro pontos que considera fundamentais para que esta reforma seja um avanço. Para isso articula com os estudantes e trabalhadores da educação, a CUT e os movimentos sociais uma unidade em torno destes pontos:

- as exigências para as mantenedoras do setor privado e a autonomia para as mantidas, regulamentando a relação entre mantenedora e mantida;

- a clara definição das instituições comunitárias como instituições fundacionais, sem fins lucrativos, com qualidade e gestão democrática;

- a retirada dos Institutos Superiores como modalidade da educação superior; e

- a retomada dos capítulos que tratavam da gestão democrática e controle social de todo o sistema de educação superior.

**AVANÇOS** - Apesar das críticas no tocante ao setor privado a Contee avalia também que em muitos aspectos a segunda versão avançou. Além de estar enxuta, tem maior coerência. Fortalece a educação pública, indicando metas mais claras de inclusão. Melhora a proposta de financiamento, incluindo as instituições estaduais e municipais. E no que se refere ao financiamento estudantil, trabalha a questão como política de permanência.

Estas reflexões são acompanhadas pela ressalva de que para fortalecer as instituições federais e estabelecer políticas de Estado para a sua manutenção, ampliação do acesso e estabelecimento de políticas de permanência nas instituições públicas, não seria necessária uma reforma da educação superior. Para a Contee, a verdadeira reforma pressupõe a regulamentação da educação superior privada.

# Reforma: votação ameaçada

Turbulência da conjuntura pode inviabilizar tramitação da reforma no Congresso

Foto: Niko Júnior

Autoridades do Ministério da Educação manifestaram receio de que a crise política paralise completamente o andamento da pauta em Brasília e comprometa a votação do projeto de reforma universitária ainda este ano. A cada dia surgem novas denúncias implicando dirigentes da cúpula do PT, e com isso o próprio MEC admite a interferência na proposta. O resultado seria o bloqueio do projeto. Assim como a reforma universitária, também outras propostas para a educação ficariam paradas. Um exemplo seria a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cuja Proposta de Emenda Constitucional (PEC) já foi enviada ao Congresso. “Há uma indefinição política”, confessa o ministro da Educação, Tarso Genro.

O secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, afirma que “a crise política tem conseqüências que ainda não podemos prever”. Ele acredita que a saída seria investir esforços para isolar o que está acontecendo conjuntamente dos debates de educação, da saúde, de um projeto para o país. “Podemos mobilizar as forças saudáveis para isso. A reforma universitária é um projeto de longo prazo. É a primeira que está sendo feita em um regime democrático. Temos essa oportunidade agora e não podemos desperdiçá-la”, avalia.

**PREOCUPAÇÃO NA FASUBRA** - Um dos coordenadores-gerais da Fasubra, Paulo Henrique, vê com muito cuidado o destino da reforma universitária. Para ele, a própria indefinição no quadro político dificulta a projeção dos cenários possíveis. Mas ele acredita que o poderio do setor privado, se o projeto for mandado no vendaval desta crise, pode enfraquecer o objetivo de



HADDAD. “A crise política irá ter conseqüências que ainda não podemos prever”

defender o ensino público. “A grande preocupação é de como ficará a questão no Congresso. Sabemos que o lobby do setor privado é enorme. E se a reforma for apresentada hoje, com o

atual quadro político, teremos prejuízo”, avalia.

Ele exemplifica o projeto do ProUni, em que o governo propôs um determinado número de vagas e o lobby do ensino privado no Congres-

so conseguiu diminuí-los. Paulo Henrique vai mais além, diz até que não se sabe se o ministro da Educação, Tarso Genro, permanecerá no cargo: “Tudo pode acontecer.” Tarso Genro poderia deixar o minis-

tério para assumir a secretaria-geral do PT.

Mesmo diante de tanta indefinição, Paulo Henrique defende o aprofundamento do debate. Um debate, aliás, que ele afirma que ainda não aconteceu: “Queremos um verdadeiro debate público. Até agora não vimos isso. Inclusive, a Fasubra, que tem o seu projeto, articula com outras entidades, não só da área da educação, essa discussão. Temos investido nisso.” O coordenador informa que a Fasubra foi convidada pela Andifes – associação dos reitores – para um seminário sobre a reforma, com o Andes e com a UNE. Neste seminário, a Federação apresentará seu Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

**CENÁRIOS** - Um dos coordenadores de Educação da Fasubra, Celso Carvalho, diz que o destino da reforma dependerá dos desdobramentos da crise. Ele vislumbra três cenários, dos quais dois fatalmente irão prejudicar a proposta da reforma da educação superior no país. São eles: a não votação do projeto e os possíveis mudanças que piorem a proposta. O terceiro cenário, que o dirigente avalia ser o menos provável devido a fragilidade do governo, seria a articulação da aprovação da proposta (sem grandes transformações) com o apoio das forças populares.

O dirigente considera que houve um salto de qualidade na segunda versão do anteprojeto, significando até mesmo um avanço, por isso defende sua aprovação. “A minha opinião é a de que se o projeto não for votado o prejuízo será da população brasileira. Significa não fazer a reforma mantendo a atual situação do ensino superior: no privado um balcão de negócios, e no público a exclusão através dos centros de excelência”, disse.

## 3º versão até o fim do mês



Foto: Agência Brasil

O Ministério da Educação pretende concluir a terceira versão do projeto de reforma universitária e apresentar ao presidente Lula até o fim de julho. Com o aval do presidente, a proposta será encaminhada ao Congresso Nacional. Na busca de “consensos” para viabilizar a reforma universitária, o MEC não se furta a negociar com o setor

privado. “Tudo são negociações. Não temos vergonha de dizer que negociamos com o setor privado. A reforma é um processo de negociação. Só podemos valorizar o ensino público com o apoio do setor privado, até porque sabemos que eles têm uma bancada muito forte no Congresso. É um processo de disputa política”, diz o ministro.

# A hora e a vez da esquerda

*Para obter o controle e o comando do PT não basta à esquerda mostrar que tem as mãos limpas ou prometer o resgate dos valores do partido. É imprescindível que ela apresente uma proposta para enfrentar e debelar a crise.*

Ricardo Musse

Uma série de paradoxos, de sinais contraditórios, tem dificultado uma compreensão nítida da crise institucional instaurada no Brasil. Uma parte ponderável da esquerda prende-se a análises equivocadas que limitam sua ação política, impedindo-a de aproveitar as oportunidades para se fortalecer numa conjuntura que lhe é favorável.

O caráter atípico da crise torna-se evidente quando se levam em conta os fatores, a dinâmica e os desdobramentos de episódios semelhantes na periferia do capitalismo. Não presenciamos uma mobilização popular para contestar as políticas neoliberais do governo, como tem sido regra recentemente na América Latina, mas antes uma ofensiva da direita e dos setores conservadores. Mas tampouco se trata de uma repetição do paradigma leninista do embate entre revolução e contra-revolução, já que a política governamental passa longe de qualquer laivo revolucionário.

As tentativas de entender a crise brasileira a partir desses modelos só fazem ressaltar a impossibilidade de enquadrar os eventos atuais nesse padrão, impossibilitando uma resposta adequada à situação. Por exemplo, a partir da observação, verdadeira, de que a política econômica do trio Palocci-FMI-tucanato tem beneficiado a elite econômica infere-se, erroneamente, pela inexistência de uma operação de desestabilização do governo. O dispositivo dessa operação já foi acionado, está em pleno funcionamento e mira no impedimento do presidente que foi eleito em 2002 com uma maioria consagrada. Não ver esse processo é comportar-se como os filósofos idealistas para quem só é real

o que é racional ou como um juiz que decide pela não existência de um crime, posto que a motivação não é evidente.

A direita do PT agarra-se à falsa expectativa de que agradando ao poder econômico não será apeada do poder e dá-lhe cada vez mais do mesmo, ampliando a estratégia de capitulação que é a própria fonte do fracasso. Parte da esquerda assiste a esse movimento como uma confirmação de suas teses, lava as suas mãos, quando não resolve ajudar a pôr álcool na fogueira. Parece opor-

cial-democracia europeia não deu certo no coração do Estado do bem-estar social não seria no país campeão em desigualdades sociais que haveria de funcionar. Mas o que parece atordoar a todos é que esse fracasso está sendo capitalizado pela direita que tem demonstrado, além da capacidade de antecipação, uma inesperada força social para quem a supunha derrotada e desmoralizada.

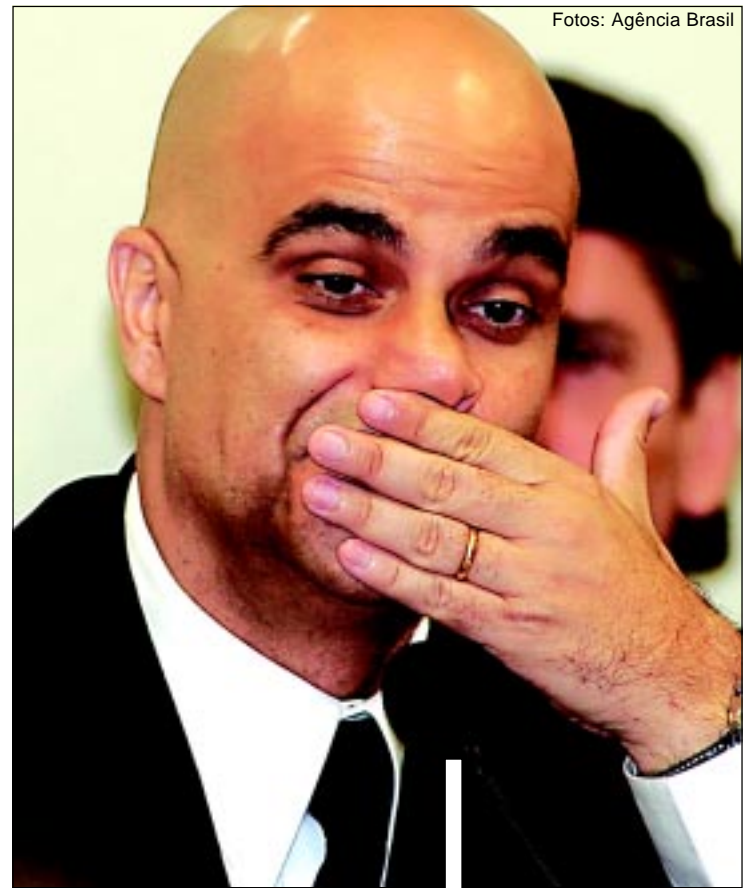
O "campo majoritário", tendência mais à direita e dominante no PT, assinou sem ler um contrato em que



tuno lembrar aqui a famosa piada do Garrincha: tudo bem, as elites não vão querer derrubar o Lula, mas quem combinou isso com elas?

O caráter atípico da situação advém do fato de que se trata, sim, de mais um desdobramento de recorrentes e fracassadas tentativas de gerir o Estado e a crise social adotando políticas neoliberais, ainda que em versão mitigada e com políticas compensatórias como amortecedores. Se essa tática da so-

se coloca como avalista da política econômica do trio Palocci-FMI-tucanato. Do mesmo modo que na economia, em lugar de promover rupturas, procurou "manter e aperfeiçoar" as práticas políticas do governo anterior. Por conseguinte, está cumprindo o mesmo destino dos grupos políticos que se apresentaram como fiadores do neoliberalismo, na América do Sul ou na Europa. A direção executiva e o comando do PT é hoje um cadáver político. E é



Fotos: Agência Brasil

## INACREDITÁVEL.

Jefferson, personagem do submundo da política, virou um todo poderoso: demite ministros, desemprega diretores de estatais, pauta a imprensa, ameaça seus interrogadores. Tudo isso sem apresentar provas

## QUEM DIRIA.

Marcos Valério, o publicitário das contas milionárias, acusado de ser o operador do mensalão, foi avalista de empréstimo de mais de 2 milhões de reais ao PT. Ele depôs na CPI e não explicou os saques em dinheiro vivo

exatamente aí que se encontra a oportunidade da esquerda nessa crise. Ela tem tudo para herdar o espólio do mais organizado e aguerrido partido de massas já construído nesse país e que lhe foi usurpado pelo aparelho e pela burocracia partidária e sindical.

Mas para obter o controle e o comando do PT não basta à esquerda mostrar que tem as mãos limpas ou prometer o resgate dos valores do partido. É imprescindível que ela apresente uma proposta para enfrentar e debelar a crise. Não faz sentido, por exemplo, insistir na tese de que é possível governar sem fazer alianças na sociedade e no Congresso - mais um ponto em que seu discurso reforça as invectivas dos tucanos, pois é evidente que foi a perda de maioria no Congresso

que forneceu o combustível da atual crise. Cabe exigir uma política de alianças feitas às claras, em torno de princípios programáticos e que agrupe os setores dispostos a impedir o retrocesso, o que implica um redirecionamento da política econômica, conjugado com a mobilização da população.

Se o Partido dos Trabalhadores for devolvido a quem de direito ele pertence, à militância e aos movimentos sociais, talvez ainda seja possível reverter as ações de um governo acuado pelo fisiologismo, pela corrupção e pelo temor de um desfecho catastrófico e abrir caminho para as necessárias e urgentes transformações sociais.

Ricardo Musse é professor no Departamento de Sociologia da USP

# Leitos dos HUs para o SUS

**Simpósio nacional de saúde aponta desigualdades sociais e propõe mudanças**

Foto: Niko Júnior



**HU.** A proposta quer utilizar os leitos dos hospitais para democratizar atendimento

A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) como política social voltada para todos os segmentos da sociedade, visando à inclusão universal através de seus princípios norteadores de universalidade, equidade, integralidade, democratização e participação social foi a principal deliberação do Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, realizado de 28 a 30 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília. A Coordenação de Políticas Sociais do SINTUFRJ participou do evento, que reuniu várias outras entidades, além de representantes dos governos federal, estaduais e municipais, do Ministério Público, do Legislativo e do Judiciário.

Entre as várias propostas aprovadas, destacam-se: a destinação de 100% dos leitos dos hospitais

universitários e de ensino público para o SUS e a ampliação do controle social das unidades de saúde próprias e conveniadas ao sistema. Para que isso ocorra, seriam criados Conselhos Gestores, com composição paritária de usuários e de caráter deliberativo. Uma das conclusões das discussões foi que as políticas públicas dos últimos anos só trouxeram consequências ruins para a vida das pessoas, e não permitiram a construção de uma nação justa, equânime e saudável.

#### Reflexão

Na avaliação do coordenador de Políticas Sociais do Sindicato, Huascar da Costa Filho, o simpósio foi uma grande oportunidade de reflexão e mobilização a respeito dos rumos do Estado brasileiro, suas ações

políticas estratégicas adotadas no âmbito do setor, para garantir o direito universal e integral de saúde para todos. “O simpósio defendeu uma política de proteção social no Brasil que se contraponha à visão economicista, que prioriza ações compensatórias ou de transferência de renda. E apontou a necessidade de se fortalecer a segurança social para que a política nacional de saúde também se fortaleça”, afirmou o sindicalista.

O documento final do encontro aponta os baixos níveis de saúde país afora, as desigualdades sociais e regionais do país e finaliza, pontuando que o desenvolvimento humano depende de uma política de bem-estar social ampla e que envolva todas as áreas estratégicas do Estado brasileiro.

# Conversão da dívida

A proposta de conversão de parte da dívida externa brasileira por investimentos em educação ganhou repercussão no Senado Federal. Em audiência pública, na Comissão de Educação do Senado Federal, o ministro Tarso Genro obteve o apoio do presidente da Comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG). Segundo o senador, essa é uma iniciativa importante, uma vez que o Brasil paga, só com o serviço da dívida externa, US\$ 1,4 bilhão por mês.

A proposta de conversão da dívida externa para a educação ganha cada dia mais força. Depois do lançamento da Frente Parlamentar (pela Câmara dos Deputados) e do Comitê Social (proposto pelo MEC) agora é a vez do Senado Federal. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou sua campanha em abril. A entidade propõe a conversão da dívida externa para a educação, não apenas parte dela, como uma política pública permanente, e está coletando assinaturas.

O Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação afirma que o FMI já se declarou contrário à proposta se ela não der retorno financeiro, e a área econômica do governo tem estado à margem da discussão. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fortalecido no governo com a crise política, já manifestou sua posição contrária à proposta de conversão. Palocci, conhecido por suas posições afinadas com o FMI e o grande capital financeiro, disse que não concorda com qualquer alteração que modifique o perfil da dívida.

#### Salto para a educação

Ao manifestar o seu apoio, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que tem ouvido críticas (à conversão) que considera inadequadas diante da importância e da realidade dessa ação. O ministro da Educação, Tarso Genro, que compareceu ao Senado para apresentar a segunda versão do anteprojeto da reforma universitária, aproveitou para explicar aos senadores a proposta de conversão da dívida.

Foto: ABR



#### DUREZA.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, é contra qualquer proposta que modifique o perfil da dívida. É a mesma posição do Fundo Monetário Internacional



# Vigilantes terceirizados humilham funcionário do HU

*O diretor da Divisão de Recursos Humanos do HU, Maurício Shirmer, afirmou que vai ser aberto processo administrativo para apurar denúncia do auxiliar de enfermagem, Ivan Corrêa, que acusa três vigilantes da firma Vigilance de tê-lo submetido a constrangimentos e achincalhes, durante o expediente de trabalho, no dia 17 de junho, pelo fato de ser homossexual assumido. O funcionário foi levado à força à 27ª Delegacia de Polícia, na Ilha do Governador, sob acusação de prática obscena, junto com um enfermeiro da Prefeitura do Rio.*

Segundo Ivan Corrêa, ao abrir a porta do banheiro para saber o que estava acontecendo com o enfermeiro, pois ouvira um baque, como se alguém tivesse caído, dois vigilantes, identificados por ele como Edson e Daniel, entraram atrás dele e o levaram aos gritos pelos corredores do hospital, até sua chefia e, em seguida, chamaram uma viatura policial, dizendo que eram ordens do diretor da Divisão de Enfermagem, Jorge Sérgio. “A minha vergonha foi tão grande que a pressão subiu e evoluiu para um desmaio, quando então fui alvo das maiores chacotas e piadas dos vigilantes, até a delegacia”, acrescentou. Ele denunciou o ocorrido à Ouvidoria do HU e procurou atendimento na Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST).

**PRECONCEITO** - Para o

auxiliar de enfermagem que entrou para o HU há sete anos, por concurso, a atitude dos vigilantes foi uma demonstração incontestável de preconceito em relação à sua opção sexual. Ivan Corrêa afirmou que não conhecia o enfermeiro que foi socorrer e que no momento aguardava pacientes levado ao hospital para exames e tratamento. E que também foi alvo de muito constrangimento, principalmente na delegacia, quando, segundo Ivan, um terceiro vigilante que nem estava na hora, de nome Luciano, ajudou os dois colegas a sustentarem a mentira. “Os vigilantes agiram como se nada fosse acontecer a eles”, denunciou.

**ARBITRARIEDADE** - Por decisão do médico da DVST, o auxiliar de enfermagem ficou dez dias afastados do tra-

balho por licença médica para se recuperar do trauma. Além de estar sendo assistido pelo departamento jurídico do SINTUFRJ, Ivan Corrêa também conta com a assessoria de advogados da Divisão Homossexual, da Defensoria Pública. Ele disse que colegas do Centro de Material do HU, onde está lotado, e até ex-chefes, já se ofereceram para testemunhar a seu favor, comprovando sua conduta exemplar no trabalho.

Ivan Corrêa espera que os fatos sejam esclarecidos e punidos os culpados. Além de ser vítima de preconceito, ele disse que o tratamento que recebeu dos vigilantes foi mais um exemplo das arbitrariedades praticadas cotidianamente no HU por esses profissionais, que acham ter poder de polícia, não respeitando ninguém.

# Denúncia

## NOSSA OPINIÃO

### O que deve ser apurado

O processo administrativo que vai ser instaurado, seguindo o rito do RJU, não deve se limitar, conforme pretende o diretor da Divisão de Recursos Humanos do HU, a averiguar se a versão do auxiliar de enfermagem é ou não verdadeira. A comissão de sindicância, que, segundo o diretor, irá apurar toda a história deve, sim, em primeiro lugar, apurar por que o diretor de Enfermagem - se que ele fez mesmo isso - mandou chamar a polícia para resolver um problema de ordem interna da unidade envolvendo funcionário. Uma atitude de péssima conduta uma vez que existem procedimentos administrativos internos que devem ser respeitados.

Ivan Corrêa foi acusado, não teve espaço para se defender,

foi submetido a constrangimento e acabou numa delegacia. Diante dessa profusão de arbítrio, concluiu-se que o hospital universitário continua sendo uma ilha isolada do restante da Universidade, onde tudo pode acontecer. E que se janelas, remédios, computadores forem roubados, entre outros absurdos ocorridos na gestão de Amâncio Paulino, provavelmente nenhuma providência será tomada. Portanto, essa comissão, que terá prazo máximo de 60 dias para levantar o que realmente houve no dia 17 de junho, não deve se dedicar a apenas ratificar ou não a versão do funcionário. Mas considerar o comportamento estranho ao serviço público do diretor Jorge Sérgio, a versão contada pelos vigilantes, que parece inverossímil, e a conduta violenta deles.

### Responsabilidade

Quanto ao comportamento dos vigilantes, Maurício Shirmer falou que quem contrata é a Prefeitura, portanto, ele não tem responsabilidade sobre eles. Mas o prefeito Hélio de Mattos tem outra opinião: “Quem deve fiscalizar o trabalho das empresas de vigilância é o diretor do hospital. O gestor da unidade é quem atesta o serviço prestado pela empresa.” Mattos disse que já recebeu duas cartas com reclamações das terceirizadas e que as enviou para a SG-6

# Saiu o edital para o CAp

**Pré-inscrição deverá ser feita entre os dias 12 e 16 de setembro. Pedidos de isenção, até agosto**

O edital para concorrer a uma vaga no Colégio de Aplicação (CAp) para 2006 foi aprovado no Conselho de Ensino e Graduação (CEG). São 45 vagas para a série inicial, preparatória para a 1ª série; 21 vagas para a 5ª série; e 30 vagas para a 1ª série do Ensino Médio.

A pré-inscrição deverá ser feita entre os dias 12 e 16 de setembro no próprio CAp. Os pedidos de isenção devem ser encaminhados em agosto. Já o sorteio público está marcado para o dia 19 de novembro.

Os documentos necessários para todo o processo e mais detalhes se encontram no edital disponível na página do CAp: [www.cap.ufrj.br](http://www.cap.ufrj.br).

## CANDIDATOS

Poderão candidatar-se às vagas da série inicial candidatos nascidos entre 1º de março de 1999 e 28 de fevereiro de 2000; à 5ª série do Ensino Fundamental, alunos que estejam cursando a 4ª série do Ensino Fundamental (antigo 1º grau) e nela venham a ser aprovados em 2005, nascidos a partir de 1/3/1993 (inclusive); à 1ª série do Ensino Médio, alunos que estejam cursando a 8ª série do Ensino Fundamental (antigo 1º grau) e nela venham a ser aprovados em 2005, nascidos a partir de 1/3/1989 (inclusive).

## PRÉ-INScrição

O formulário de requerimento de pré-inscrição deverá ser obtido no CAp (Rua J. J. Seabra, s/nº - Lagoa), mediante apresentação de comprovante de depósito no Banco do Brasil. Os interessados deverão efetuar o depósito identificando como favorecido "UFRJ-CAp 2006", em qualquer Agência do Banco do Brasil, destinado à Agência 0287-9, Conta nº 7333-4 - Depósito Identificado nº 10.562-7, no valor de R\$ 40,00. Em caso de depósito feito via Internet ou por transferência entre contas, é obrigatório o preenchimento do campo de depósito identificado acima, sem o qual não poderá ser efetuada a pré-inscrição. É bom verificar toda a documentação pedida para a pré-inscrição.

## ISENÇÃO

Os pedidos de isenção deverão ser encaminhados por requerimento de pró-

prio punho (adquirido na portaria do CAp), nos dias 22, 23, 24, 25, 26, 29 e 30 de agosto, de 8h às 16h, juntamente com a documentação necessária. A divulgação do resultado do julgamento dos pedidos de isenção será no dia 2 de setembro, através de listagem afixada no CAp e on-line, na página própria, a partir das 14h. Em caso de ser concedida a isenção, o responsável receberá no ato a ficha de pré-inscrição a fim de cumprir os demais procedimentos previstos, que obedecerão aos prazos e horários estabelecidos no edital. A retirada do cartão de inscrição definitivo será entre os dias 3 e 7 de outubro, das 8h às 16h, no CAp. Quem não retirar o cartão definitivo fica eliminado do processo de nivelamento e sorteio público.

## NIVELAMENTO

Os candidatos à 1ª série do Ensino Médio com inscrição deferida serão submetidos a processo de verificação de nivelamento, em dois dias, que consistirá em uma avaliação sobre as condições de aptidão dos candidatos em duas disciplinas (Português e Matemática) que integram o currículo do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No dia 9 de novembro, será publicada uma Listagem identificando os candidatos aptos a participarem do Sorteio Público para preenchimento das vagas oferecidas. No dia 11 de novembro, a partir das 8h, será divulgada a Relação Final dos Candidatos que, por estarem aptos nas duas Verificações de Nivelamento,

participarão, no dia 19 de novembro, do Sorteio Público para preenchimento das vagas oferecidas.

## SORTEIO

Os candidatos serão submetidos, no dia 19 de novembro, a processo de sorteio público para preenchimento das vagas oferecidas, no Auditório Rodolfo Rocco (Quinhentão) do Centro de Ciências da Saúde, Bloco K do CCS, Ilha do Fundão. Para cada uma das séries será sorteado o seguinte número de candidatos, a saber:

- 60 candidatos para a Série Inicial (45 vagas e 15 para lista de reserva);
- 46 candidatos para a 5ª série do Ensino Fundamental (21 vagas e 25 para lista de reserva);
- 45 candidatos para a 1ª série do Ensino Médio (30 vagas e 15 para a lista de reserva).

Os candidatos aptos à 1ª série do Ensino Médio serão reenumerados, em ordem alfabética, para fins de sorteio. A listagem com o resultado do sorteio será divulgada no dia 21 de novembro, na sede do CAp, a partir das 8h.

## INTERNET

Estarão disponíveis na página do CAp-UFRJ, Listagem dos Pedidos de Isenção, Provas e Gabaritos de Português e Matemática, Listagem de Aptos ao Sorteio para a 1ª Série do Ensino Médio, Resultado dos Pedidos de Revisão e Listagem dos Sorteados.

# CEG aprova relatório da Comissão da Música

Fotos: Niko Júnior

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), reunido na quarta-feira, dia 6, apontou saídas para o impasse na Licenciatura da Escola de Música, aprovando o relatório da Comissão Acadêmica criada pelo CEG para avaliar a situação do curso. Este ponto, aliás, tomou enorme parte dos trabalhos do colegiado e causou polêmica. O recente curso de Licenciatura em Música – que substituiu a Licenciatura em Educação Artística com habilitação em Música – foi pensado por uma comissão local diante do consenso sobre a necessidade de sua criação. Mas acabou envolvido em mal-entendidos que levaram a um impasse na unidade.

Os professores destacam que a licenciatura exige que no curso haja uma preparação em um instrumento de escolha do aluno, idéia aprovada na Congregação em 2002, sem menção de disciplina ou grade curricular na ata, aspecto que é uma das fontes do mal-entendido. O Departamento de Sopro considera que a discussão deveria ter prosseguido e que a interpretação dada à aprovação genérica do curso pela atual direção é indevida. Este departamento não quis se comprometer em ensinar por oito períodos aos alunos que escolhessem qualquer um dos instrumentos sob sua respon-

sabilidade. No início de 2004 o Departamento recusou-se a ministrar a disciplina.

Consultado, o CEG orientou que o departamento deveria assumir as disciplinas, parecer utilizado para abrir processo contra professores do departamento, acirrando a disputa interna. A direção considerava que o Departamento tinha que adotar o seu ponto de vista e aprovar disciplinas que não tinham sido criadas enquanto este ignorava que havia alunos sem aula.

O Colegiado deu a palavra à diretora Harley Raymundo que garantiu que houve intensos debates sobre o tema e que só este departamento que questionou a disciplina. Leonardo Caldas, representante dos estudantes na Congregação, diz que os estudantes sofrem os ônus da desavença. O chefe do departamento Eduardo Monteiro mencionou elementos de ilegalidade no processo. Com relação ao fato de que existe debate democrático na Escola de Música, a representante dos técnicos administrativos, Vera Barradas lembrou que toda vez que funcionários não concordam com a direção são postos à disposição, mas que no caso dos docentes, tem-se que esperar a posição do CEG.

Os conselheiros apostaram na superação das dife-



## NO CONSELHO.

O CEG ocupou a maior parte de sua última sessão discutindo o parecer da Música



renças e optaram pela proposta de construção para o futuro. As propostas aprovadas no CEG postulam a necessidade de que haja condições para que o curso de Licenciatura em Música funcione dentro de normalidade institucional e de que as regras de criação e funcionamento de cursos e disciplinas sejam adequadamente cumpridas. E ainda que a Escola de Música forme nova Comissão composta por professores não envolvidos nas disputas internas para viabi-

lizar a completa institucionalização do curso. A comissão recomendou que é essencial a criação de uma grade curricular – que reflita o que é o curso – e registrá-la no Siga. Esta grade reformulada deve

ser aprovada devidamente na Congregação, Conselho de Centro de Letras e Artes e CEG, com todas as disciplinas aprovadas nos departamentos responsáveis pelo seu oferecimento.

## EVENTO

# Congresso debate antiguidade no Fórum

A partir desta segunda, 11, acontece no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, o VI Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC). O evento promove o intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, especialistas em

antiguidade clássica. Participarão representantes de 52 universidades, sendo 42 nacionais e 10 estrangeiras. Estão inscritos 367 trabalhos nesse Congresso que provocou a realização de um *pool* de universidades públicas para ser viabilizado.

A abertura do Congresso será feita pelo reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, e pelo coordenador do Fórum de Ciência e Cultura, Carlos Tannus. Esta é a terceira vez que o evento é realizado no Rio e desta vez comemora os 20 anos de existência da SBEC. Sob o tema

Memória & Festa, os participantes querem chamar a atenção para questões comuns, como a festa, que rompe com o excesso de significado, com a ordem social, brinca com os sentidos e sentimentos e reconstrói o mundo, promovendo uma nova identidade social.

Peça produzida pelo Sindicato recorre a símbolos nordestinos para contar história de migrante

“PAI” E “FILHO” lavam roupa suja no riacho imaginário do sertão nordestino. Com fome e cansados, os dois reúnem os trapos e partem para o sul maravilha, onde o desespero os espera

Um espetáculo que conta a saga de um pai e de um filho, nordestinos, que saem do sertão à procura da esposa e mãe que migrou para a cidade grande. Esta é a história de *A Procura*, peça escrita e dirigida pelo artista Carlos Alberto Silva, que também é ator.

O espetáculo produzido pelo Sindicato foi apresentado em duas sessões de pré-estréia na semana passada para aposentados e pessoal da oficina

de música. Carlos Alberto Silva – que é um dos coordenadores do Sindicato – contracena com o ator José de Ribamar. Carlos é o pai. Ribamar faz o filho. A longa caminhada empreendida da caatinga até o sul maravilha é ritmada pelo maracatu, pelo xaxado e pelo coco. Personagens como Lampião, Maria Bonita e Corisco entram em cena quan-

do os protagonistas, diante da nova realidade, satirizam os políticos, a polícia, a corrupção. Nesse momento a platéia é convocada a participar do espetáculo, fazendo críticas aos governos, sindicatos e outras instâncias do poder.

*A Procura* foi escrita, montada e dirigida pelo coordenador do SINTUF RJ, Carlos Al-

berto Silva. Na produção do texto e coordenação cênica, ele contou com a parceria da sua companheira, Neuza Borges. A supervisão é do técnico-administrativo Fortunato Mauro e a sonoplastia do funcionário do

Sindicato, Felipe Araújo. Os dois personagens da peça são vividos pelo ator José de Ribamar e pelo próprio Carlos Alberto. O espetáculo é uma produção do SINTUF RJ. No sábado, dia 16, às 11h, a peça será apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

## Lampião no SINTUF RJ



Fotos: Niko Júnior



O MUNDO visto por retirantes nordestinos é o centro da trama da peça “A Procura”, exibida no Espaço Cultural do Sindicato. Um dos elementos da narrativa envolve a interação com a platéia. A Maria Bonita, para fazer par com Lampião, por exemplo, é escolhida entre a assistência. O guarda-sol estilizado (foto ao lado) é peça visual e simbólica de um ritual do Maracatu, folclore nordestino

